

Prevenção permite que 2023 seja um dos melhores anos da década em matéria de incêndios

- 1. O investimento total em prevenção e combate duplicou face a 2017, sendo 2023 o ano com maior esforço de sempre (cerca de 500 milhões de euros).**
- 2. Entre 1 de janeiro e 15 de outubro de 2023 registaram-se 7 635 incêndios rurais, menos 26% que em igual período do ano passado e o segundo valor mais reduzido dos últimos dez anos.**
- 3. Entre 1 de janeiro e 15 de outubro arderam 34 419 hectares, número que representa menos 69% de área ardida face a 2022. É o terceiro valor mais reduzido dos últimos dez anos.**

O investimento total em prevenção e combate duplicou face a 2017, sendo 2023 o ano com maior esforço de sempre (cerca de 500 milhões de euros), registando-se pela primeira vez zero vítimas fatais entre civis e operacionais em incêndios ou em queimas e queimadas.

Na conferência de Imprensa para apresentação dos principais resultados do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) 2023, realizada esta manhã, o presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), Tiago Oliveira, destacou que entre 1 de janeiro e 15 de outubro de 2023 registaram-se 7 635 incêndios rurais, menos 26% que em igual período do ano passado e o segundo valor mais reduzido dos últimos dez anos.

Durante este período arderam 34 419 hectares, número que representa menos 69% de área ardida face a 2022. É o terceiro valor mais reduzido dos últimos dez anos.

De acordo com os dados disponibilizados, verifica-se que após 2017, houve uma diminuição significativa do número de incêndios por uso do fogo nos meses de verão, constatando-se que nos últimos seis anos, o número de incêndios diminuiu de forma bastante acentuada nos meses de maior calor, nomeadamente entre junho e outubro.

Verifica-se também que o uso de fogo sofreu uma diminuição bastante grande nestes meses. Esta ação resulta de uma maior consciencialização dos portugueses para as boas práticas a ter relativamente ao uso do fogo e de maquinaria neste período, algo que está diretamente ligado a todo o trabalho que tem sido feito junto da população, alertando para os comportamentos de risco.

“Em particular o ano de 2023 deve ser celebrado em termos de vítimas fatais, número de incêndios e área ardida. Este ano confirma as tendências que fomos observando desde os últimos 6 anos. Maior investimento na prevenção face ao combate. Há uma estratégia, há um planeamento, trabalho conjunto e monitorização”, sublinha Tiago Oliveira.

“A redução do número de incêndios pelo uso do fogo nos meses de verão demonstra que as pessoas adequam os seus comportamentos”, acrescenta.

Duarte da Costa, presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, realça o empenho de todos os portugueses nesta matéria, demonstrando que as campanhas de sensibilização estão a ter sucesso e que é essencial continuar a apostar na prevenção.

A redução de ignições só é possível “apostando em maior prevenção, mais meios, maior capacitação, constante aposta na profissionalização dos bombeiros voluntários”, o que redundará no sucesso da própria campanha.

Em 2023 o orçamento previu um investimento de 39% para a área de combate e 61% para a área da prevenção em termos de investimento. “A questão dos incêndios rurais não se resolve no combate, mas sim na prevenção”.

Para estes resultados, também em muito tem contribuído as equipas multidisciplinares compostas pela GNR, PJ e ICNF, nomeadamente o Grupo de Redução de Ignições, que têm realizado um trabalho muito mais rápido na investigação e na captura dos incendiários.

“Este é um trabalho muito importante junto das populações, percebendo quais os fatores de risco. Uma intervenção que permite reduzir o número de ações criminosas” aponta Nuno Banza, presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Atualmente, estão a ser implementadas mudanças de fundo no terreno. Transformações da paisagem em território mais resiliente, com maior capacidade de lidar com o fogo.” Só vai ter resultados daqui a algum tempo. Mas vai permitir também ganhar dinâmica económica, fixar pessoas, de gerar rendimento”, adianta.

Contudo, e apesar do que já foi alcançado até ao momento, Tiago Oliveira diz que ainda há muito por fazer, nomeadamente resistir à armadilha do combate, e continuar a apostar na prevenção; garantir compromisso político e disponibilidade financeira plurianual e sustentável, para os Programas de Ação do SGIFR às várias escalas territoriais e definir estímulos económicos e fiscais que mobilizem proprietários e empresas para a gestão sustentável.

Outros dos objetivos para o futuro passam por multiplicar por 3 a área com gestão de combustível (meta: 250 000 ha/ano); sensibilizar os mais novos (5 aos 12) e reduzir o incendiarismo; qualificar lugares-chaves na tomada de decisão nas operações de supressão de incêndios; implementar os Programas Regionais, Sub-regionais e Municipais do SGIFR; alterar o regime sucessório.

Para que todo este trabalho possa produzir os resultados esperados é necessário também um maior envolvimento dos privados e dos municípios.